

EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS CAMPEBINOS: EDUCAÇÃO DO CAMPO E/OU EDUCAÇÃO RURAL?

Aníbal Simões Filho

Universidade Estadual da Paraíba

anibalgeoceat@gmail.com

Resumo: Na ciência a importância de se entender adequadamente conceitos se manifesta de maneira fundamental, na compreensão e produção de matérias, e na própria discussão dos mesmos. A relevância deste trabalho se insere em um quadro conceitual da vanguarda dos processos educacionais, no qual à já considerável produção científica. O olhar aqui empregado perpassa, por importância de se esclarecer devidamente o tema especificado e delimitado, não deixando o objeto vago e sem sentido. Na questão educacional voltado aos movimentos sociais campestres, a pesquisa em sua gênese tenta levantar questões relacionadas sobre a educação do campo e/ou educação rural. Nesta perspectiva objetivo principal da pesquisa é compreender a diferenciação dos conceitos mencionados anteriormente, e relacionar historicamente esses termos na contextualização dos seus fundamentos e da própria realidade materializada nos movimentos sociais. O marco teórico parte da luta pela terra em contraste com a formação social do país. Pesquisado a partir de material bibliográficos, documentos e dados, considerando *a priori* um conhecimento prático, calcado em outras experiências vivenciadas, dedicadas a procura e entendimento dos mais diversos assuntos relacionadas a temática deste trabalho. Verifica-se que as políticas voltadas a formação do sujeito do campo são recentes e de uma multiplicidade de fatores que compõem os obstáculos e vitórias alcançadas até o momento. Desta forma conta-se que a os conceitos de educação do campo e rural são distintos, onde a primeiro valoriza o conhecimento, história, e o ser humano; enquanto o segundo transforma o rural em atrasado, ignorante, apenas voltado a produção alimentícia. Apesar do pouco tempo, a luta por um educação que realmente valorize os povos do campo, caminha de forma constante, discutindo, debatendo, participando da construção de uma educação não só no/para o campo o que é chamado de educação rural, mas uma educação do campo, em que a participação político-social acontece de forma efetiva, vendo o campo como lugar de conhecimento e vida.

Palavras-chave: Movimentos sociais, educação do campo, educação rural.

INTRODUÇÃO

A muito o Brasil é palco de grandes e contínuas batalhas e exploração nas mais diversas esferas, as quais a sociedade pertence. Sendo a desigualdade o principal fator. Em 1500 este território foi invadido por diversas nações, à início houve trocas e comércio entre nativos e “descobridores”; Stedile (2011) disserta que eles “fizeram financiamentos pelo nascente capitalismo comercial europeu, e se apoderaram do território por sua supremacia econômica e militar, impondo as leis e vontades políticas da monarquia portuguesa”. Explorando e escravizando assim toda e qualquer forma de identidade, liberdade e cultura. Sublinha ainda o autor que:

Tudo era transformado em mercadoria. Todas as atividades produtivas e extrativistas visavam lucro. No início, iludiram-se na busca do ouro; depois, porém, segundo nos explicam os historiadores, preocuparam-se em transformar outros bens naturais, como o ferro, a prata e outros minérios, em mercadorias. Mas logo perceberam que a grande vantagem comparativa de nosso território era a fertilidade das terras e o seu potencial para cultivos tropicais de produtos que até então os comerciantes buscavam na distante Ásia ou na África. (STEDILE, 2011 p. 20)

Com o passar do tempo a exploração e a expropriação ficaram mais intensivas, monocultora e a produção voltada inteiramente para a coroa portuguesa. A coroa sendo a única proprietária das terras criou a “concessão de uso” com direito a herança, logo um direito hereditário. Trazendo ainda mais investidores e fidalgos para capitalizar a terra, com a disponibilidade de capital e o compromisso de produzir na colônia mercadorias a serem exportadas para ao mercado europeu. Dessa forma a partir desse momento a questão agrária se estabelece formalmente. (STEDILE, 2011).

A metamorfose histórica veio se seguindo com cada vez mais desigualdade e vezes um mascaramento de direito ao povo como a lei de terras de 1850, que nada mais era como um reforço aos latifundiários a possuírem de forma jurídica. Nesse âmbito Stedile, (2011) disserta que; “a lei proporciona fundamento jurídico à transformação da terra – que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia

política – em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a ter preço. A lei normatizou, então, a propriedade privada da terra.”

A essa estratégia afirma um golpe dos muitos, que foram e seriam dados para a apropriação, exploração e expropriação de um bem que na teoria não existe valor. Em tal reflexão Hobsbawm (2011) atenta:

Em primeiro lugar, a terra tinha de transformada em uma mercadoria, possuída por proprietários privados e livremente negociável por eles. Em segundo, tinha de passar a ser propriedade de uma classe de homens desejosos por desenvolver seus recursos produtivos para o mercado e estimulados pela razão, isto é, pelos seus próprios interesses e pelo lucro (...). (p. 240)

Desta forma os povos que aqui viviam em primeiro lugar, trabalhadores que viviam de forma simples e sustentável, aos poucos foram perdendo seus direitos a muito legitimado por anos de origem e identidade. O há direito se quer a cultivar a terra para uso próprio. Isso foi logicamente chegando a um estado crítico ao qual o homem não era mais homem era escravo direto ou análogo a escravidão. A desigualdade já estava enraizada de tal forma que a luta contra a opressão era logo rebatida ideologicamente e fisicamente.

A terra como valor de troca foi, sistematicamente, concentrando a maior parte de terras agricultáveis nas mãos de poucos. Prática que ao mesmo tempo expulsa homens e mulheres que se definem como camponeses, deixando-os (as) sem-terra e sem trabalho. O processo que mostra a concentração fundiária é o mesmo que mostra a resistência dos trabalhadores e trabalhadoras sem-terra, que buscam se organizar para lutarem pelo direito de ter uma vida digna no campo. (ALMEIDA, 2008, p.14)

Fernandes (2006, p.02) afirma que: “O campo pode ser pensado como território ou como setor da economia. O significado territorial é mais amplo que o significado setorial que entende o campo simplesmente como espaço de produção de mercadorias”. O entendimento aqui reside na principal questão obscurecida pelo setor econômico que subestima o campo dando-lhe o caráter de inferioridade. O “rural” como lugar de aspecto puramente produtivista

esqueça que existe pessoas vivendo nestes espaços que necessitam não só de trabalho, mas principalmente de educação.

Estudar um tema relevante como esse na área da educação fortalece o debate e discussões a respeito de formas educacionais que se contrapõe. Diversas condições de existência, não só para a educação mas, para a formação do indivíduo.

DESENVOLVIMENTO

Quando se fala em campo para muitos logo se pensa em produção de alimentos, pessoas ignorantes e sem educação ou em lugar atrasado sem muito desenvolvimento, e para aqueles que estudam e conhecem realmente a realidade vivida no campo brasileiro, a questão agrária brasileira se mostra com sua desigualdade e exploração, essa frequente discussão sobre os assuntos relacionados a essa problemática.

(Bezerra Neto, p -158) o objetivo final é a transformação da realidade, de forma que os movimentos sociais e as pessoas da comunidade sejam beneficiadas, passa-se a defender que as pessoas ligadas aos movimentos sociais sejam consideradas protagonistas da história e não apenas receptáculos de resultados de ações demandadas de ambientes exógenos e distanciados de seus interesses. Com isto, busca-se favorecer o desenvolvimento local enquanto estratégia de ação, voltada a um possível desenvolvimento com equidade atribuindo à educação um papel fundamental na transformação social.

Essa desigualdade que foi imprimida aos povos do campo, e que esta entremeada ao território brasileiro, continua evoluindo em diferentes esferas de tal modo que a luta pela terra, não se pauta apenas em conseguir um lugar para morar e trabalhar, mas também lutar por um educação para além da exploração do trabalho; uma educação do campo.

A Educação do Campo pensa o campo e sua gente, seu modo de vida, de organização do trabalho e do espaço geográfico, de sua organização política e de suas identidades culturais, suas festas e seus conflitos. Predominantemente, a Educação Rural pensa o campo apenas como espaço de produção, as pessoas são vistas como “recursos” humanos. (GOMES NETO, *et alli*, 1994).

Uma educação no/do campo é imprescindível para a formação do camponês uma vez que essa prática é emancipadora e rompe com a lógica capitalista, que nega os agricultores como sujeitos à direitos iguais e produtores de seu próprio conhecimento, que impõe a educação urbana voltada a exploração da força de trabalho e que expulsa os camponeses de suas terras.

Os processos educacionais e os processos sociais estão intimamente ligados. Consequentemente, uma formulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. (MÉSZÁROS, 2008, p.25)

Embasados pelas leituras de Astrogildo Fernandes da Silva Júnior e Mário Borges Neto, com variada bibliografia verificamos a questão agrária brasileira e sua trajetória histórica e todos os fatores que estão envolvidos na questão do campo e dos sujeitos que por sua vez são organizados por movimentos sociais do campo, a crítica a formação emancipatória desses grupos se baseia no fortalecimento cultural dos seus sujeitos, e sua educação que lhe confere a força mais importante à luta as indústrias, latifúndios e o capitalismo. Segundo (SILVA JUNIOR, BORGES NETTO, p.54) é necessário pensar a educação do campo, em estratégias que ajudem a reafirmar identidades do campo. Apesar de muito esforço na discursão da educação do campo, a reafirmação está sendo pregada de forma intensiva, contrariando a afirmação à educação rural, que difere no ápice das ideias diversificadas de campo e educação.

Estudando os projetos governamentais que burocratizam toda a formação de educação e educadores, voltados aos viventes do campo, como o PRONERA e PROCAMPO que tiveram importância na criação da lei de diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo, estabelecido na lei nº 9.131/95 e na lei nº 9.394/96 aprovada em Dezembro de 2001, onde estabelece que “O campo mais que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana”.

Diretrizes curriculares nacionais gerais da educação básica voltadas a educação do tempo”. Essas diretrizes foram pressupostos a gênese da educação do campo que a muitos anos lutava por um simples reconhecimento, por parte legislativa para desenvolver uma educação de acordo com a realidade camponesa, foi quanto

efetivamente as discussões acerca da educação do campo começaram a se desenrolar, e serem cada vez mais discutidas, pensadas e compreendidas e darem maior ênfase a vida no campo.

Para (FREIRE,1987) a educação como prática da dominação que vem sendo objeto desta crítica, mantendo a ingenuidade dos educandos, o que pretende em seu marco ideológico (nem sempre percebido por muitos dos que a realizam) é indoutinálos no sentido de sua acomodação ao mundo da opressão.

A educação deve ser entendida para além do capital, o capitalismo nega a educação emancipatória pois rompe com a lógica destrutiva e alienante, em István Mészáros, encontramos as teorias que estão na gênese da educação socialista, essa forma de pensar criticamente a formação educacional.

A Educação do Campo vem sendo construída pelos movimentos camponeses a partir do princípio da autonomia dos territórios materiais e imateriais. A Educação Rural vem sendo construída por diferentes instituições a partir dos princípios do paradigma do capitalismo agrário, em que os camponeses não são protagonistas do processo, mas subalternos aos interesses do capital. A pesquisa em Educação do Campo ou em Educação Rural parte desses referenciais teóricos. Os pesquisadores que trabalham com o campo brasileiro, para garantir a coerência de seus projetos, partem desses paradigmas. Esses pontos de partida são fundamentais para a construção dos métodos de análise e definição das metodologias. (FERNANDES, 2006).

A diversidade educacional que existe hoje, está intrinsecamente relacionada a sociedade e a cultura de um determinado território, com condições que tornam necessário trazer o específico de determinado lugar, para a sala de aula. Os processos educacionais e os processos sociais estão intimamente ligados. Conseqüentemente, uma formulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. (MÉSZÁROS, 2008, p.25) o homem deve ser educado de forma a entender sua relação do lugar onde vive, com seu povo.

A educação do campo nasceu de uma perspectiva injusta em primeiro momento de uma expropriação territorial e exclusão de direito à terra, em segundo de uma formação educacional inadequada. Desde a fundação do Brasil iniciada pela expropriação dos portugueses, esta terra vive desigualdades pautadas em direitos primários como direito ao trabalho e a terra para o cultivo. Ao longo dos anos a luta entre

expropriados e expropriadores, resultou em novas frentes de luta, hoje a base conflitante esta pautada a uma formação que emancipe de forma a legitimar a importância e vida dos povos que vivem no/do campo, como: pequenos agricultores, quilombolas e indígenas.

Para, Fernandes e Molina (2004), o sistema capitalista explora e aliena a sociedade afirmando cada vez mais o paradigma do rural e do urbano excluindo os moradores do campo, tradando-os apenas como produtores de alimentos, negando todo e qualquer direito político.

A partir dessas determinações, os pesquisadores utilizam conceitos que expressam visões de mundo diversas e que constroem os distintos projetos de desenvolvimento do campo. Para a Educação do Campo, desenvolvimento e educação tornarem-se indissociáveis. Para a Educação Rural, desenvolvimento é apenas um tema a ser estudado. Compreendendo o Campo como um território, a Educação precisa ser pensada para o seu desenvolvimento. Compreendendo o Rural como uma relação social do campo, a Educação é pensada como forma de inserção no modelo de desenvolvimento predominante, no caso: o agronegócio.
FERNANDES (2006)

A educação do campo é fruto das mobilizações e reivindicações dos movimentos sociais que vivem do campo, principalmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem - Terra (MST), que lutaram por uma política educacional que atendesse os anseios e necessidades das comunidades, sendo estas protagonizadas pelas populações camponesas. Esta tem como bandeira, a melhoria na qualidade do ensino que é ofertado aos povos do campo brasileiro, onde o camponês tivesse o direito de estudar no lugar onde mora, como também a implantação de propostas educacionais que valorizassem a realidade campesina tanto defendida pelos movimentos sociais.

A ligação intrínseca dos movimentos sociais do campo com a origem de uma pedagogia coletiva e camponesa, onde antes mesmo da década de 90 já existia por entre os acampamentos e assentamentos do movimento sem-terra, exemplos que, serviram de ponto inicial a reflexão sobre as questões do campo de forma geral, uma vez que essa pedagogia tem sua origem na luta por melhores condições de vida que culminou nas primeiras indagações por pesquisadores e educadores a respeito da temática. Considerando assim o ano de 1990 o início das efetivas primeiras movimentações políticas e científicas, que propiciaram a gênese do debate atual.

A Educação do Campo não cabe em uma escola, mas, a luta pela escola tem sido um de seus traços principais: porque a negação do direito à escola é um exemplo emblemático do tipo de projeto de educação que se tenta impor aos sujeitos do

campo; porque o tipo de escola que está ou nem está mais no campo tem sido um dos componentes do processo de dominação e de degradação das condições de vida dos camponeses (CALDART, 2004, p.12).

Segundo, o projeto de pesquisa e extensão DATALUTA, no período de 2000-2014, 126 movimentos socioterritoriais realizaram ocupações no Brasil; dos principais movimentos em destaque são o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), FETRAF (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, MTST (Movimento dos trabalhadores sem-teto), CPT (Comissão Pastoral da Terra) e MOVIMENTOS INDÍGENAS.

Esses movimentos citados anteriormente, são precursoras da luta por uma pedagogia autônoma que fortaleça a identidade camponesa, mas efetivamente o MST (movimento dos trabalhadores sem-terra). Segundo (CALDART, 2000), a proposta pedagógica do MST está vinculada a princípios organizativos que fundamentam a existência do próprio Movimento. A autora afirma que a um projeto de sociedade que está vinculado a um projeto de ser humano ou, no dizer de Paulo Freire, de humanização. Esse movimento vem com a luta engajada há tempos, por condições dignas e reconhecidas de vida, entre essas condições a um “pedaço de chão” para plantar, colher e conseguir viver de forma a fortalecer a sua cultura e de uma comunidade em mais específico e subsídios que possam dar as condições econômicas necessárias ao desenvolvimento de sua comunidade e de uma forma ampla a luta

O atual trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisas bibliográficas em torno das questões referidas a educação do campo e suas vertentes, em livros, artigos e documentos que fundamental a temática estudada, o estudo da questão agrária se fez imprescindível no momento em que faz parte do berço da sociedade brasileira e portando legítimo ao desenvolvimento deste trabalho que lida com fatos sociais e coletivos como a educação e os movimentos sociais, estes, por sua vez fazem parte indispensável da base sociológica empregada neste trabalho com discursões que permeiam as condições de vida de grupos de indivíduos com finalidades comunais,

CONSIDERAÇÕES

Precisamos compreender a necessidade da discursão que se encaminha a uma novo patamar que é exatamente a grande massa de trabalhos e pesquisas que estão em meio aos diversos eventos científicos no Brasil, esses trabalhos

contemporâneos como o qual trabalhamos, discutem questões que de forma geral, envolvendo um novo modelo de educação a qual a sociedade nesses tempos globalizados necessita, uma formação educacional que vá além da sala de aula e dos modelos tradicionais de lecionar, em meio a diversos. Com isso constatamos que as categorias abordadas neste trabalho, passam primeiramente por questões históricas enraizadas na vivência e da sociedade brasileira, o que ao longo do tempo veio a culminar em uma forma de pensar a educação de forma estagnada, paralitica, que não oferece verdadeira formação especifica ao campo, o que foi denominada de educação rural que pode ser considerada como qualquer tipo de formação que é jogada ao viventes do campo sem nenhuma reflexão, já a educação do campo proposta recente em meio a área educacional, vem para quebrar essa forma de pensar, a lógica de apenas jogar conhecimento sem se preocupar com o aprendizado, com experiência, com conhecimento adequado a um tipo próprio e real vida.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Desni Lopes. **O campo e a política: a participação do campesinato na política maranhense**. São Luís, 2008

BEZERRA NETO, Luiz. **Educação do campo ou educação no campo?** Revista HISTEDBR On-line, FAPESP, p, 158.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais gerais da educação básica**. Ministério da Educação. Secretaria da educação básica. Brasília, 2013. **1500-1960.2** Ed. São Paulo; Expressão Popular, 2011.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: Escola é mais do que escola**.

DATALUTA – **Banco de Dados da Luta** pela Terra: Relatório Brasil 2014. <www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2014.pd> Acesso em: 23/05/2017

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais**. MOLINA, Mônica. A pesquisa em Educação do Campo. Brasília: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, 2006.

_____, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O campo da educação do campo. **Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo, p. 53-91, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GOMES NETO, João Batista F. et alii. **Educação Rural**. São Paulo; Curitiba: Editora da Universidade de São Paulo / Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, 1994.

HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções, 1789-1848**. São Paulo, Paz e Terra, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2ªed. São Paulo: Boitempo, 2008-
(Mundo do trabalho)Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA JUNIOR, Astrogildo Fernandes da; BORGES NETO, Mário: **Por uma educação do campo: percursos históricos e possibilidades**. Revista eletrônica de cultura e educação.N.3
P,45-60, ano 2,2011.

STEDILE, João Pedro (org)**A questão agrária no Brasil: O debate tradicional –**